

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

MATÉRIAS RELEVANTES EM AUDITORIA E OS SEUS
DETERMINANTES: CASO DO SETOR SEGURADOR
EUROPEU

JOANA PRAZERES VEIGA BRANCO

NOVEMBRO – 2020

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

MATÉRIAS RELEVANTES EM AUDITORIA E OS SEUS
DETERMINANTES: O CASO DO SETOR SEGURADOR
EUROPEU

JOANA PRAZERES VEIGA BRANCO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA
SAMAGAIO

NOVEMBRO – 2020

ABSTRACT

Since 2016, international auditing standards have set out the possibility for the auditor describe in the audit report, the matters that deserved special attention in carrying out their work through the section on Key Audit Matters (KAMs).

The purpose of this study is to verify whether certain circumstances influence the disclosure of KAMs by the auditors. The present study focused on a sample obtained by 39 Portuguese insurers and 31 insurers listed on the stock exchange in Europe. Through the information collected, the effect of the type of activity, the weight of technical provisions, the complexity of the financial reporting and the financial situation before the publication of KAMs, was examined.

The results of the study do not show that the main factors may have an influence on the disclosure of KAMs in insurance companies in the years 2017 and 2018. However, the size and profitability, factors previously identified in the literature, can be relevant in the explanation of the behavior of KAMs.

Keywords: Audit Report, Key Audit Matter, Insurance companies

RESUMO

A partir de 2016, as normas internacionais de auditoria passaram a prever a possibilidade do auditor descrever no relatório de auditoria os assuntos que mereceram uma atenção especial na realização do seu trabalho através da secção das Matérias Relevantes (KAMs).

O objetivo do presente estudo consiste em verificar se determinadas circunstâncias influenciam a divulgação de KAMs por parte dos auditores. O presente estudo incidiu sobre uma amostra constituída por 39 seguradoras portuguesas e 31 seguradoras cotadas em bolsa na Europa. Através da informação recolhida, examinou-se o efeito do ramo da atividade, do peso das provisões técnicas, da complexidade do relato financeiro e da situação financeira perante a publicação de KAMs.

Os resultados do estudo não mostram evidência que os referidos fatores tenham tido influência na divulgação de KAMs nas empresas seguradoras nos anos de 2017 e 2018. No entanto, a dimensão e a rendibilidade, fatores já identificados previamente na literatura, mostraram relevância na explicação do comportamento das KAMs.

Palavras-Chave: Relatório Auditoria, Matérias Relevantes de Auditoria, Empresas de Seguros

AGRADECIMENTOS

O Trabalho Final de Mestrado é sem dúvida um processo com altos e baixos, inúmeros desafios e incertezas. Mas é também o trabalho que culmina a minha longa caminhada enquanto estudante. Esta caminhada não teria sido a mesma se não fossem certas pessoas, que não só festejaram as minhas conquistas, como também me auxiliaram a encontrar o rumo certo nesta etapa. Agradeço:

Aos meus pais, por serem os meus exemplos de esforço e de luta, como também por todo o investimento na minha educação e incentivo que me deram para a realização deste percurso.

Aos meus avós, por toda a disponibilidade, carinho e sinceridade. Mas, principalmente, pela transmissão de valores, princípios e experiências de vida.

Ao meu namorado, pela motivação, paciência e suporte incondicional. Obrigada por toda a ajuda preciosa na elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador, pelo apoio dado durante toda a execução desta longa dissertação.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAM – *Critical Audit Matters*

CFO – *Chief Financial Officer*

DF's – *Demonstrações Financeiras*

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IFAC - *International Federation of Accountants*

ISA – *International Standard on Auditing*

KAM – *Key Audit Matter*

MCR - *Minimum Capital Requirement*

PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*

PIB – *Produto Interno Bruto*

SCR - *Solvency Capital Requirement*

UE – *União Europeia*

ÍNDICE

Abstract	1
Resumo	2
Agradecimentos	3
Lista de Abreviaturas	4
Índice.....	5
Índice de Tabelas	6
Índice de Figuras.....	7
1. Introdução	8
2. Revisão de Literatura.....	9
2.1. Matérias Relevantes de Auditoria	9
2.2. Atividade das Seguradoras.....	12
2.3. Determinantes das Matérias Relevantes de Auditoria	15
2.4. Desenvolvimento das Hipóteses de Investigação.....	17
2.4.1. Modelo de Negócio Ramo Vida versus Não Vida	17
2.4.2. Provisões Técnicas	18
2.4.3. Complexidade do Relato Financeiro	21
2.4.4. Situação Financeira da Seguradora - Solvência	23
3. Dados e Metodologia.....	24
3.1. Descrição da Amostra.....	24
3.2. Metodologia	26
4. Resultados Empíricos	28
4.1. Estatísticas Descritivas	28
4.2. Matriz de Correlação	29
4.3. Análise e Discussão dos Resultados	33
5. Conclusão	37
Referências Bibliográficas	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da amostra por país	26
Tabela 2 – Composição da amostra por ramo de atividade.....	26
Tabela 3 – Estatística Descritiva.....	29
Tabela 4 – Matriz de Correlação	32
Tabela 5 – <i>Variance Inflation Factors</i> : Teste VIF	33
Tabela 6 – Resultados da Regressão Efeitos Aleatórios	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Projecto Solvency II - Três Pilares (Fonte: Lages, 2010 p.18)	14
Figura 2 - Balanço Solvency II (Fonte: adaptação Delgado, 2011)	19

1. INTRODUÇÃO

Os vários escândalos financeiros ocorridos nas últimas décadas, trouxeram para a ribalta a necessidade de um relatório de auditoria mais informativo e relevante para os utilizadores da informação. Neste contexto de procurar melhorar o relato efetuado pelos auditores, o *International Auditing Assurance Board* (IAASB) emitiu a *International Standard on Auditing* (ISA) 701 – *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*. Esta norma veio estabelecer uma nova secção no relatório de auditoria – matérias relevantes de auditoria (KAM) – na qual o auditor descreve as matérias que no seu entender mereceram um cuidado especial no decurso da auditoria. A inclusão das KAMs tem como finalidade uma maior transparência, credibilidade e utilidade do trabalho realizado pelo auditor. Era esperado que estas alterações tivessem um impacto positivo para os utilizadores de informação.

A influência de determinadas características, nomeadamente a firma de auditoria (DeAngelo, 1981) como a entidade auditada, podem modificar a opinião emitida no relatório de auditoria (Chen et al., 2016). E é por meio da análise dessas características que se torna possível verificar certos determinantes de qualidade das auditorias.

Neste âmbito, o presente estudo visa identificar se determinadas características da firma de auditoria e da entidade auditada estão associadas ao nível de divulgação das KAMs. O trabalho incidiu sobre empresas seguradoras, de modo a colmatar a inexistência de estudos semelhantes.

O ramo de atividade é o que distingue as seguradoras quer juridicamente quer a nível de negócio praticado, pelo que este facto pode estar associado ao nível das KAMs divulgadas pelo auditor. Adicionalmente, estudar-se-á a rubrica de balanço de maior dimensão, as provisões técnicas, que muitas vezes se encontram com um nível extremamente complexo de cálculo para a sua mensuração. O trabalho do auditor nesta rubrica é redobrado, mas com certeza que rubricas com elevado julgamento e subjetividade são alvo de maior atenção. Por isso, estudou-se ainda as rubricas mensuradas ao justo valor, de modo a verificar se a complexidade do relatório financeiro implica uma maior divulgação de KAMs por parte do auditor. Para além disso, a nível europeu existem exigências definidas na *Solvency II*, que as seguradoras obrigatoriamente têm de cumprir. O requisito de capital mínimo (SCR) é um deles, logo, explorar-se-á se este intervém na divulgação de matérias relevantes.

De modo a completar o estudo, introduziu-se variáveis de controlo já estudadas por outros autores, nomeadamente, a dimensão da empresa, tipo de auditora (*Big4* ou não *Big4*), rácios de solvência e rendibilidade e os honorários dos auditores, com intuito de averiguar o impacto que estes indicadores provocam na divulgação de KAMs.

Os resultados obtidos permitiram concluir que apenas a rendibilidade da empresa e a dimensão da empresa têm influência na divulgação de KAMs no relatório de auditoria. As restantes variáveis não mostraram ter uma influência estatisticamente significativa.

O trabalho está dividido em 4 capítulos adicionais. No capítulo seguinte será feita uma revisão de literatura sobre a temática, desenvolvendo o conceito de KAM, explorando a atividade seguradora e apresentando os possíveis determinantes das KAM. No capítulo 3 descrever-se-á a metodologia utilizada para obter os dados. Os resultados e a sua análise serão desenvolvidos no capítulo 4. Finalmente, no capítulo 5 serão apresentadas as principais conclusões.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. *Matérias Relevantes de Auditoria*

De acordo com a ISA 200 – *Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance with International Standards on Auditing*, a finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras. Para tal, o auditor procura avaliar a credibilidade do relato financeiro preparado pelo órgão de gestão da entidade à luz do normativo contabilístico aplicável e subsequentemente, relatar as suas conclusões sobre as demonstrações financeiras (DF's). Neste contexto, a literatura (Mansi, Maxwell, & Miller, 2004) refere que um auditor executa duas funções valiosas para os participantes do mercado de capitais: o papel de informador e o papel de credibilizador dessa informação, contribuindo assim, para a redução do risco de informação. De modo a melhorar a fiabilidade das DF's e reduzir o presente *audit expectation gap*¹ (Porter, 1993), o IAASB encetou um processo de revisão das normas de conclusões de auditoria e relato, que culminou na emissão da *ISA 700 – Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements* e *ISA 705 –*

¹ *Audit Expectation Gap* - Expressão utilizada para aquilo que os utilizadores dos relatórios dos auditores entendem que são os deveres e responsabilidades destes e aquilo que os auditores entendem que são efetivamente os seus deveres e as suas responsabilidades.

Modifications to the Opinion in the Independent Auditor's Report, que entraram em vigor em 15 de dezembro de 2009. Todavia, Gold, Gronewold & Pott (2012) afirmam que o objetivo associado à revisão dessas ISAs não foi bem-sucedido e que o *gap* persiste com grande resistência, apesar das tentativas em reduzi-lo (Chong & Pflugrath, 2008). Adicionalmente, muitos utilizadores das demonstrações financeiras criticavam a natureza padronizada dos relatórios de auditoria, porque têm um valor comunicativo limitado da opinião do auditor (Church, Davis & McCracken, 2008; Coram, Mock, Turner & Gray 2011). Neste contexto, Simnett & Huggins (2014) referiram que se o conteúdo e a estrutura do relatório fossem alterados, o valor informativo poderia ser melhorado significativamente.

Por isso, em janeiro de 2015, a IAASB emitiu a *ISA 701 – Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report* com o intuito de melhorar o valor comunicativo do relatório produzido pelos auditores para os utilizadores das demonstrações financeiras, através da descrição de uma comunicação mais transparente acerca de como o trabalho é realizado. Segundo esta norma, as matérias relevantes de auditoria, em inglês, *Key Audit Matters* (KAMs), são matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das DF's do período corrente, isto é, são os assuntos que exigiram uma atenção especial ao auditor na condução da auditoria. A comunicação das KAMs requer que o auditor conceba não só uma opinião, como também tenha em consideração a natureza e extensão da comunicação com aqueles que são responsáveis pela gestão da entidade (Cordos & Fülöp, 2015) e utilizadores do relato financeiro.

Nos Estados Unidos a adaptação foi feita a 1 de junho de 2017, a americana *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) propôs mudanças significativas no modelo de relatório de auditoria, exigindo aos auditores que divulgassem matérias relevantes de auditoria, conhecidas por *Critical Audit Matters* (CAMs). Para o PCAOB (2013), as CAMs são áreas das demonstrações financeiras que exigiram uma quantidade significativa de julgamento profissional para as avaliar adequadamente ou áreas que apresentaram maior dificuldade em avaliar e obter evidências. De acordo com Jermakowicz, Epstein, & Ramamoorti (2018), o IAASB adotou uma abordagem mais baseada em princípios do que o PCAOB, para a definição de uma KAM/CAM, no entanto, a estrutura para determinar uma KAM/CAM é substancialmente semelhante. O benefício

da criação da CAM centra-se no aumento da confiança dos investidores e na divulgação de DF's com maior qualidade, mas acredita-se que poderá aumentar os honorários de auditoria e atrasar a emissão do relatório de auditoria (Clikeman, 2018).

O principal meio pelo qual o auditor comunica o seu trabalho é o relatório de auditoria (Jeffers, 2018), logo a linguagem utilizada é um fator crítico. Alguns autores consideram que existe um uso excessivo de termos técnicos que dificulta a compreensão da mensagem comunicada por parte dos leitores (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014; Fakhfakh, 2016). Por isso, para melhorar o valor da comunicação do relatório de auditoria, o IAASB enfatiza a extrema importância da descrição detalhada das KAMs, assim como a necessidade de as descrever de maneira clara e objetiva, evitando terminologias avançadas e complexas (IAASB, 2015a).

Na elaboração de uma KAM, o IAASB requer a descrição dos motivos pelos quais o assunto foi considerado de maior importância na auditoria e uma descrição do modo como a matéria foi tratada no decurso da auditoria (IAASB, 2015, 13b). Da mesma forma, o PCAOB (2017) não prescreve uma maneira específica para o auditor comunicar como foi abordada a CAM, mas sugere uma breve visão geral dos procedimentos.

O tema das KAM nos relatórios de auditoria tem originado o desenvolvimento de estudos sobre os seus efeitos no relato, tendo estes apresentado conclusões contraditórias. Backof (2014) detetou que as KAM podem diminuir a exposição dos auditores a vários litígios, bem como diminuir a garantia da qualidade que o auditor fornece em relação à imagem da empresa. Por sua vez, Segal (2019) detetou que as KAMs não atingem o seu objetivo de maior transparência, porque os clientes acabam por ignorar esta nova secção do relatório. Outros críticos argumentam ainda que um desvio da abordagem padrão dos relatórios (como é o caso das matérias relevantes) fornecerá incertezas, porque os utilizadores receberão mais e diferentes informações além da esperada (Chen et al, 2013).

Do lado dos benefícios, Klueber, Gold & Pott (2018) verificaram que as KAMs são um mecanismo saudável para melhorar a qualidade e transparência dos relatórios financeiros, mas apenas quando a precisão das informações nas secções de KAM é alta. Fülöp (2018) acrescenta que a mensagem transmitida, tanto qualitativamente (forma e conteúdo) como quantitativamente (o número de KAMs) é do interesse dos utentes, porque contém dados relevantes para o processo de tomada de decisão.

Apesar dos estudos sobre as KAMs serem contraditórios, existe uma verdade universal: a necessidade de um relatório de auditoria mais informativo foi reconhecida e atendida no momento em que se passou a exigir divulgação das questões críticas (ou fundamentais) de auditoria (Lawson, O'Hara & Spencer, 2017).

2.2. Atividade das Seguradoras

O negócio dos seguros afeta quase todas as transações que podem ser quantificadas no mundo, pois oferece proteção a indivíduos e empresas contra possíveis perdas financeiras, através da cobertura dos riscos abrangidos por seguros de automóveis, acidentes de trabalho, invalidez, saúde, lar, responsabilidade, vida e propriedade (La Vigne, 2019). Ao protegerem as pessoas contra potenciais perdas, os seguros podem substituir programas de segurança dos governos (Ćurak, Lončar & Poposki, 2009). Assim, a atividade seguradora é capaz de gerar um impacto significativo dentro de uma economia, dado que o seguro não apenas facilita uma infinidade de transações económicas por meio de transferência de risco e de indemnização, mas também tem o propósito de promover a intermediação financeira (Ward & Zurbruegg, 2000). Por isso, os seguros desempenham um papel fundamental para a dinâmica de uma sociedade.

O estudo empírico de Arena (2008) relacionado com a ligação entre a atividade do mercado de seguros e o desenvolvimento económico incluiu 56 países (desenvolvidos e em desenvolvimento) no período compreendido entre 1976 e 2004. Este estudo provou que existe um efeito positivo do total da atividade dos ramos vida e não vida sobre crescimento económico. O impacto do seguro de vida no crescimento económico é impulsionado apenas por países com altos rendimentos. No caso dos seguros não vida, o impacto é causado por ambos os géneros de países, mas o impacto é maior nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento.

Já Haiss & Sümegi (2008) aplicaram uma análise de dados em painel em 29 países europeus no período de 1992 a 2005. A variável que utilizaram foi o rácio entre a receita dos prémios e o total líquido de investimentos das companhias de seguros. De acordo com as descobertas, há um impacto positivo do seguro de vida no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos países da UE-15, Suíça, Noruega e Islândia, enquanto o seguro não-vida tem um impacto maior na Europa Central e Oriental. O que podemos constatar

destes dois estudos, é que existe realmente um impacto significativo das companhias de seguros na economia europeia.

Segundo um estudo realizado pela MarketLine, divulgado em fevereiro de 2020, a indústria das seguradoras no mercado Europeu espera-se estar avaliada no valor de 1 763,8 bilhões de dólares, tendo uma previsão de crescimento de 13,7% desde 2018 até 2023. O principal segmento deste mercado é o ramo Vida, que representa 58,3% do mercado total.

As DF's das seguradoras contêm várias rubricas com necessidade de uma atenção redobrada por parte do auditor, porque envolvem julgamentos significativos produzidos pelo órgão de gestão, as transações e saldos são complexos de mensurar atendendo aos métodos usados bem como à elevada incerteza do que se estima. As seguradoras utilizam modelos baseados na ciência atuarial para quantificar riscos e precificar riscos. Para quantificar o risco é preciso especificar as distribuições de probabilidade dos riscos envolvidos e aplicar uma função de preferências a essas distribuições de probabilidade, logo o processo envolve não só premissas estatísticas como também económicas (Landsman & Sherris, 2001).

Devido à dimensão e crescimento deste mercado, tornou-se necessário auditar as empresas seguradoras por causa do aumento de complexidade e probabilidade de distorção das contas. O'Sullivan & Diacon (2003) verificaram que, além dos fatores de gestão, a dimensão e a complexidade da empresa são as determinantes mais importantes dos honorários de auditoria praticados a clientes do setor dos seguros, com reduções significativas de preço obtidas por seguradoras especializadas em negócios mistos ou de vida. É de esperar, tendo em conta a complexidade deste setor, que os auditores revejam as informações contabilísticas com mais detalhe. O pormenor faz com que haja um aumento de esforço por parte do auditor para melhorar os procedimentos e qualidade de auditoria e, conseqüentemente, identificar assuntos que poderão cair dentro da definição das KAMs. Assim, conclui-se que a probabilidade de o auditor detetar um problema é afetada pelo esforço de auditoria (Caramanis & Lennox 2008).

O'Keefe, Simunic & Stein (1994) afirma que o nível de esforço de auditoria (em termos de horas e mão de obra de auditoria) é sensível à dimensão do cliente, complexidade do negócio, à estrutura financeira e outros riscos inerentes. Por isso, o

presente estudo pretende abordar estes assuntos, relacionando-os com o número de KAMs divulgadas nas auditorias às seguradoras.

Para além do controlo feito pela auditoria, a atividade seguradora tem vindo a ser cada vez mais regulada. Neste tipo de negócio, o ciclo operacional é completamente o oposto do tradicional: recebem inicialmente um prémio e só depois incorrem custos, isto em caso de ocorrência de sinistros (Barroso, 1998). Assim, é compreensível que esta atividade esteja sujeita a um conjunto de regras que limitem o seu exercício (Santos, 2013). Em 2009, o Conselho Europeu determinou a implementação do sistema *Solvency II*, que implicava melhores práticas de gestão de risco, fomentação da transparência evitando complexidades desnecessárias, requisitos de margem de solvência e custos de capital. Este projeto foi desenhado tendo em conta três pilares: Requisitos Quantitativos, Requisitos Qualitativos e Disciplina de Mercado (Figura 1) (Lages, 2010).

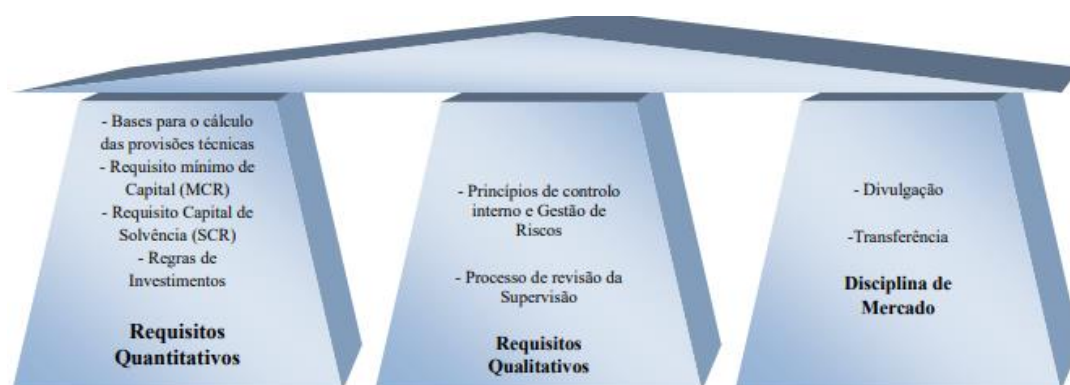


Figura 1 - Projecto *Solvency II* - Três Pilares (Fonte: Lages, 2010 p.18)

De Lagarde (2010) assume que a *Solvency II* permitiu reformar e harmonizar o sistema de seguros Europeu, mas afirma que as autoridades de supervisão terão de reforçar o recrutamento de auditores para controlar estas empresas a nível financeiro e a nível de controlo de risco organizacional. Schuckmann (2007) esclarece que a supervisão destas empresas serve para garantir aos segurados, beneficiários e tomadores de seguros, que as receitas dos prémios são geridas adequadamente, de modo a que as seguradoras estejam em condições de pagar as indemnizações acordadas após a ocorrência dos sinistros. Apesar de tudo, o “efeito de contágio das insolvências” nas seguradoras não é tão erosivo como na indústria bancária (Chen, Cummins, Viswanathan & Weiss, 2014), mas consegue ser significativa para corromper o sistema financeiro e ter um impacto negativo na economia (Das, Podpiera & Davies, 2003).

Nos tempos mais recentes, a indústria seguradora atravessa um momento de profunda mudança, devido a um contexto de maior competição entre *players* e ao surgimento de novas regulamentações (Eling, & Jia, 2018). A competição pode levar a um aumento de eficiência e consequentemente, aumentar a estabilidade financeira das empresas, uma vez que elimina aquelas que mal sobrevivem e entopem o mercado (Cummins, Rubio-Misas & Vencappa, 2017).

2.3.Determinantes das Matérias Relevantes de Auditoria

Sabendo que as KAMs são julgamentos do auditor considerados relevantes para o entendimento do utilizador de informação financeira, estas podem ser bastante subjetivas e fortemente influenciadas por diversos fatores. Por isso, é interessante determinar quais os fatores que afetam o comportamento do auditor na determinação do número de KAMs no relatório de auditoria (Pinto & Moraes, 2019).

Os julgamentos podem ser afetados por fatores de natureza financeira ou não financeira (Caramanis & Spathis, 2006). Por isso, tendo em conta a definição das KAMs, é pertinente analisar o que influencia a quantidade e a natureza das matérias relevantes, visto que os utentes do relatório financeiro tomam decisões baseadas na informação contida nos relatórios de auditoria (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014; Christensen, Glover, & Wolfe, 2014). No entanto, a decisão da divulgação de matérias relevantes pode ser motivada pela relação entre o cliente e o auditor, pelas características de cada um, assim como por ambientes culturais e institucionais, e ainda pelo risco de litígio ou pela precisão das normas contabilísticas (Brasel, Doxey, Grenier, & Reffett, 2016; Nolder & Riley, 2014; Tepalagul & Lin, 2015). A identificação desses fatores permite uma melhor compreensão das razões que levaram o auditor a emitir uma dada opinião (Ireland, 2003; Ye, Carson & Simnett, 2011).

Com a introdução das KAMs nos relatórios de auditoria, a responsabilização do auditor perante litígios modificou-se. Os auditores ao introduzirem KAMs agem como um “aviso” aos investidores, o que pode ter como consequência a redução da responsabilidade do auditor (Brown, Majors & Peecher 2015). Mas quando um auditor não divulga nenhuma matéria relevante, pode levar a um aumento de responsabilidade do auditor (Brasel et al., 2016), neste sentido, é sempre preferível divulgar qualquer KAM do que nenhuma. Como consequência os auditores tenderão a aumentar o número de

KAMs, no entanto a quantidade dará menos relevância a KAMs mais significativas. As características do auditor são também importantes, porque quanto maior é o detalhe nos relatórios de auditoria, maior é a responsabilidade do auditor (Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016), por isso, o número de KAMs pode variar tendo em conta a percepção do auditor perante o acréscimo de responsabilidade.

As características do auditor e do cliente podem determinar a quantidade e o tipo de KAM (Sierra-García, Gambetta, García-Benau & Orta-Pérez, 2019). Relativamente a estas características, Krishnan & Schauer (2000) demonstraram que a dimensão da firma de auditoria é decisiva para a qualidade do relatório, mas Pinto & Morais (2019) acreditam que é a dimensão do cliente que influencia a divulgação de KAMs.

A experiência profissional do auditor é também um elemento crucial na formação da sua opinião. A decisão sobre quais as questões de auditoria mais relevantes é mais facilmente executada por alguém com maior conhecimento e mais especializado (Jermakowicz et al, 2018). No entanto, a experiência do auditor por si só não é suficiente, o conhecimento do auditor sobre o cliente é fundamental para a determinação de uma KAM (Sierra-García et al, 2019), bem como o conhecimento das características do setor onde ele se insere.

Pinto & Morais (2019) e Oghuvwu & Orakwue (2019) identificaram ainda uma ligação positiva entre os honorários pagos aos auditores e o número de KAM divulgadas, o que pode ser justificado pelo aumento de esforço adicional que as KAMs obrigam (Carcello & Li, 2013), assim como, podem estar associados ao risco (Lyon & Maher, 2005). No entanto, Caramanis & Spathis (2006) contradizem que os honorários e o tipo de empresa de auditoria (*Big Five* ou não *Big Five*) não afetam a opinião dos auditores.

Para além disso, como as normas contabilísticas por vezes não são totalmente claras e objetivas, e umas são baseadas em regras e outras em princípios, é muitas vezes necessário aplicar subjetividade. As regras distinguem-se dos princípios por serem bem estruturadas e rígidas, ao contrário dos princípios que são mais “livres de interpretação”. Pinto & Morais (2019) acreditam que uma maior precisão das normas, leva à divulgação de um número mais elevado de KAMs.

2.4. Desenvolvimento das Hipóteses de Investigação

2.4.1. Modelo de Negócio Ramo Vida versus Não Vida

A atividade seguradora na União Europeia é classificada em ramo vida e não vida atendendo ao normativo previsto na Diretiva 2009/138/CE de novembro de 2009. Os dois ramos de seguros subdividem-se depois em diversas modalidades e estes ainda se subdividem, consoante o tipo de risco que cobrem.

Froot & O’Connell (2008) chegaram à conclusão de que a seleção e a determinação atuarial dos riscos são inerentemente difíceis no ramo não-vida, pois a natureza é heterogénea e imprevisível. Consequentemente, fica mais complicado estimar e contabilizar os riscos e as perdas futuras associadas. Portanto, comparando com muitas outras partes do setor financeiro, a gestão do risco de empresas de seguros não-vida depende particularmente de julgamentos financeiros profissionais sólidos, que envolvam uma combinação de conhecimento e treino técnico, bem como experiência nesta área (Adams & Jiang, 2016, 2017).

No caso das seguradoras do ramo vida, estas precisam de permanecer em boas condições financeiras e gerir o risco de forma coerente por muitas décadas, de modo a pagar os benefícios prometidos, visto que a maioria das apólices de seguro de vida tem uma vida útil longa (Vaughan, 2012). Sem rentabilidade sustentável, as seguradoras do ramo vida podem não ser capazes de suportar acontecimentos como a descida das taxas de juros de longo prazo e consequentemente, os beneficiários das apólices do ramo vida podem ser afetados negativamente (Cummins, Rubio-Misas & Vencappa, 2017). Todas as estimativas feitas por uma seguradora devem ter em conta o valor temporal do dinheiro, considerando para esse efeito, a subida ou descida das taxas de juro. Baldvinsdóttir & Palmborg (2011) explicam que a gestão das garantias financeiras destas empresas é de extrema importância, principalmente num cenário de queda das taxas de juro. Por isso, gerar cenários económicos desempenha um papel fundamental na modelagem do comportamento de variáveis financeiras, nomeadamente nas taxas de juro (Cruz, 2019).

Quer o ramo vida quer o ramo não-vida podem sofrer consequências devido às suas próprias e inerentes características de negócio, como constatado nos parágrafos anteriores. Enquanto o ramo vida investe a longo prazo, o ramo não-vida investe a curto prazo (Arena, 2008). A MarketLine (2020) definiu que a procura por um seguro de vida é determinada por vários fatores: produto interno bruto, esperança média de vida, inflação

e taxas de juro. Como as companhias de seguro do ramo vida investem em maior escala em títulos de dívida pública, a evolução dos últimos anos de decréscimo das taxas de juro suscita maior risco de negócio. Assim, o ramo vida poderá ser o mais afetado, porque muitas empresas estão altamente alavancadas e mais expostas ao risco de crédito e liquidez devido ao forte investimento que fazem em títulos e hipotecas (Cummins & Weiss, 2014).

Os dados que os auditores recolhem durante a auditoria é importante para os utilizadores de informação financeira, principalmente informação relacionada com o risco e a viabilidade da empresa (Kueppers & Sullivan, 2010) logo, ao representar maior risco de negócio e uma maior vulnerabilidade, é provável que o setor vida tenha maior número de KAMs.

Assim, definimos a seguinte hipótese de investigação:

H1: A maior exposição ao ramo vida influencia positivamente a divulgação de KAM.

2.4.2. Provisões Técnicas

Bamber, Hui & Yeung (2010) relataram que os donos de uma empresa podem explorar a incerteza para enganar os investidores. Por isso, cada vez mais foi preciso regular o mercado e impor requisitos específicos de divulgação. Para os auditores, a tarefa ficou cada vez mais difícil, nomeadamente na avaliação de estimativas. Os profissionais tendem a confiar mais nos dados fornecidos pela administração e não consideram adequadamente fatores excluídos do processo de estimativa (Griffith, Hammersley & Kadous, 2015).

O aumento do volume de transações em que o cliente está envolvido torna menos exequível a adoção de uma estratégia de auditoria assente em procedimentos substantivos, facto que pode ser aproveitado pela administração para distorcer as demonstrações financeiras. Ames, Rich, Sankara & Wood (2019) verificaram que a rubrica “custos com sinistros” das seguradoras é atraente para o Órgão de Gestão manipular as contas, visto que apresenta duas características: grande dimensão e incerteza.

No entanto, não é a única rubrica que requer um maior rigor de análise por parte do auditor quando analisa as contas de uma seguradora. Para assegurar a estabilidade do mercado segurador, quantificar o risco e cobrir as suas obrigações futuras perante os seus clientes, estas instituições financeiras são obrigadas a constituir provisões. Dreksler et al.

(2015) define que, sob a ótica do *Solvency II*, as provisões técnicas devem representar a melhor estimativa dos passivos correntes relativos às apólices de seguros e devem ainda ser acrescidos de uma margem de risco (Grace & Leverty, 2012). De acordo com Dreksler et al. (2015), a *Solvency II* propõe que as provisões sejam compostas por provisões de sinistro, de prêmio e margem de risco.

As provisões técnicas são uma das mais importantes rubricas do passivo na Demonstração da Posição Financeira das seguradoras (Santos, 2004). A Figura 2 apresenta o aspeto do Balanço de uma seguradora no âmbito da *Solvency II*.

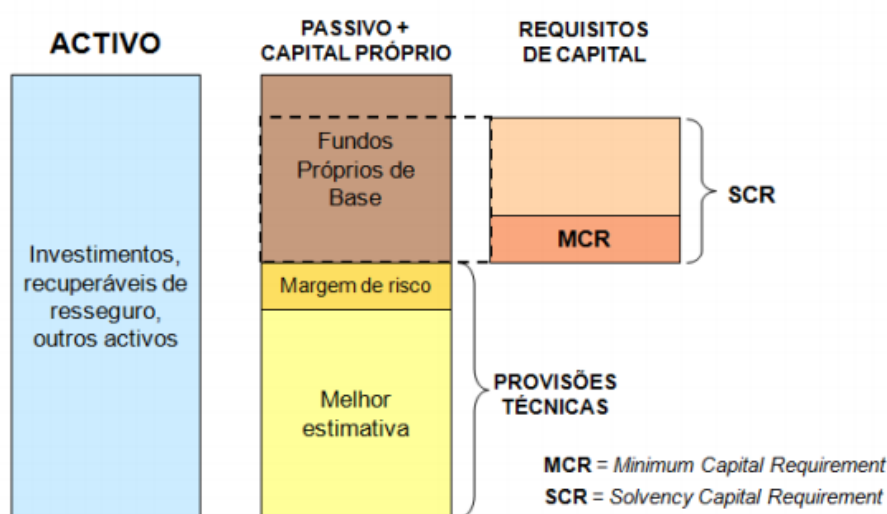


Figura 2 - Balanço *Solvency II* (Fonte: adaptação Delgado, 2011)

O estado de espírito e o otimismo dos gestores em relação à evolução da economia das suas próprias empresas, podem ser características determinantes dos *Chief Financial Officer's* (CFO's) na elaboração das estimativas das provisões (de Sousa Bornett & Pinheiro, 2018). A imprevisibilidade, o complexo cálculo das estimativas, o impacto que pode provocar nos resultados e o desempenho da empresa são argumentos que levam esta rubrica a ser revelante e a ser supervisionada não só por auditores como também pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Por estas razões, a indústria de seguros é altamente regulamentada, tem obrigação de emitir relatórios financeiros especiais, atender às normas e regras estabelecidas (Hsu, Huang & Lai, 2019).

O cálculo das provisões técnicas obedece a normas do Regulador (Norma n.º 19/1994-R de 6 de dezembro), onde são mencionados os princípios inerentes ao cálculo das provisões técnicas. Embora estas diretivas exijam prudência na sua estimativa, não

dão um guia detalhado para o seu cálculo (Ungaro, 2016). Os princípios em que as seguradoras se baseiam são estimativas, que incorporam dados passados e incluem igualmente as expectativas de evolução da economia e da própria empresa (de Sousa Bornett & Pinheiro, 2018). É crucial que o modelo seja prático, uma vez que processos excessivamente complexos dificultam a interpretação e aumentam o risco de erro humano (Dreksler et al., 2015).

As provisões técnicas servem de almofada financeira, por isso o montante mínimo da rubrica está previsto no artigo 69.º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril². Todavia, para além de serem obrigatórias, as provisões técnicas podem ser geridas conforme o interesse da seguradora (Gläserová & Vávrová, 2013). Hsu et al. (2019) afirmam que regulamentação exagerada pode transmitir uma imagem de insolvência, mas a falta de provisões pode significar o contrário, logo as seguradoras devem equilibrar os benefícios e custos das provisões. O equilíbrio estabelecido a critério de cada seguradora, pode influenciar o número de KAMs, porque o auditor terá de avaliar a complexa rubrica ao pormenor, visto que, como sugere a literatura, a administração pode estar a praticar uma gestão agressiva influenciando os relatórios financeiros.

Outras razões que apontam para a facilidade de produzir um relatório deficiente por parte dos auditores nestas situações é a falta de informação no mercado, que os leva a confiar na administração (Glover, Taylor & Wu, 2017). Também a falta de conhecimento técnico para avaliar os modelos leva a uma dependência excessiva do trabalho de especialistas (Griffith, Hammersley & Kadous, 2015; Smith-Lacroix, Durocher, & Gendron, 2012). Por isso, de acordo com DeZoort & Salterio (2001) quanto maior for o conhecimento técnico que os auditores dispõem, maior é a probabilidade de ganhar uma disputa com o órgão de gestão. Adicionalmente, uma educação financeira aumenta o conservadorismo de uma seguradora quando elabora as estimativas de reserva (Huang, Lai, McNamara & Wanf, 2011). Assim, o conhecimento atuarial e contabilístico do auditor pode determinar o número de KAMs, pois se este tiver mais experiência no setor, mais rapidamente identificará uma situação de risco.

As KAMs para o auditor refletem as áreas que têm maior risco de distorção material, maior probabilidade de existir erros significativos, assim como áreas onde há

² Republicado pelo Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei n.º 52/2010 de 26 de maio, pela Lei n.º 46/2011 de 24 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 91/2014, 20 de junho.

necessidade de julgamento crítico nomeadamente estimativas contabilísticas (IFAC, 2015a). Tendo em conta as características mencionadas supra, as provisões técnicas apresentam um potencial risco de distorção material e uma elevada necessidade de julgamento.

Face ao exposto definimos a seguinte hipótese de investigação:

H2: As provisões técnicas influenciam positivamente a divulgação de KAMs.

2.4.3. Complexidade do Relato Financeiro

Sierra-García et al (2019) concluíram que as características do cliente determinam o número e tipo de KAMs. A ISA 701 (IAASB, 2015a) refere no parágrafo A30 que o número de KAMs depende da dimensão e da complexidade da entidade, da natureza dos negócios e do ambiente, e também dos factos e circunstâncias do trabalho no decorrer da auditoria. Devido à evolução do mercado, Marx & Toit (2009) mostraram que os padrões das matérias contabilísticas estão constantemente a alterar-se e têm-se tornado muito técnicos, aumentando assim a complexidade dos relatórios financeiros. O facto de existir elevada complexidade, dificuldade e incerteza no julgamento na tomada de decisão em auditoria prejudicam a qualidade dos trabalhos (Bonner, 1994; Alissa, Capkun, Jeanjean & Suca, 2014). Conforme estudado por Bonner (1994), o aumento dos níveis de complexidade da tarefa resulta em mais informações com necessidade de análise, porque pode existir maior imprecisão e dubiedade. Como a tarefa do auditor se baseia na formação de uma opinião em relação às DF's e averiguar se estas estão corretas, a profundidade da tarefa varia entre o tipo de DF, o tamanho desta e o número e consistência de dados presentes na informação fornecida pelo órgão de gestão (Chung & Monroe, 2001).

A indústria seguradora promove crescimento económico, porque permite uma gestão de riscos mais eficiente, mobilizando as poupanças privadas em investimentos produtivos (Arena, 2008). Além de administrarem as suas operações comerciais em vários segmentos do mercado financeiro, as seguradoras possuem grandes carteiras de investimentos (Chen, Sun, Yao & Yu, 2020). Assim, a política de investimento torna-se muito importante, porque grande parte do lucro deste tipo de negócio decorre do retorno de investimentos que fazem em ativos financeiros e não financeiros (Dickinson & Liedtke, 2004). Os investimentos têm como intuito gerar retorno para cobrir as

responsabilidades da empresa, por isso, as seguradoras devem ter portfólios diversificados para reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa subscritos, garantindo assim cobertura para as perdas inesperadas/imprevisíveis (Che & Liebenberg, 2017).

Para além disso, particularmente no caso das seguradoras existem várias rúbricas com necessidade de uma atenção redobrada, porque contêm muitas estimativas, são difíceis de mensurar e, ainda se baseiam em julgamentos construídos pelo órgão de gestão. Um exemplo específico são rúbricas calculadas ao justo valor, pois implicam avaliações e estimativas que devem ser questionadas, porque na ausência de preços de mercado, o justo valor depende de análise substancial da administração que pode estar sujeito ao oportunismo (Kothari, Ramanna, Skinner & Douglas, 2010). Alguns autores argumentam que o justo valor não é adequado para avaliar ativos, particularmente para investidores de longo prazo, como é o caso de algumas companhias de seguros (Schich, 2010). Muitos acreditam que as estimativas são vulneráveis à manipulação da administração (Watts, 2003), pois utilizam essas avaliações em função do próprio interesse (Aboody, Barth & Kasznik, 2006; Bartov, Mohanram & Nissim, 2007; Song, Thomas & Yi, 2010). Ainda é oportuno referir que uma parte do ativo das seguradoras centra-se em ativos financeiros cujo justo valor não está determinado a partir de cotações de mercado, mas sim determinações de nível 2 e 3 de justo valor. As estimativas de nível 2 e 3 são subjetivas, potencialmente sujeitas a manipulação e difíceis de verificar na auditoria (Landsman, 2007), pois a inflação do justo valor pode ser benéfica para uma seguradora para apresentar uma aparência financeira mais saudável (Hanley, Jagolinzer & Nikolova, 2018). No entanto, também se pode esperar que as seguradoras relatem as estimativas de justo valor mais precisas e verdadeiras, porque a subjetividade desta rúbrica faz com que os utilizadores da informação estejam mais atentos a golpes oportunistas (Hanley et al., 2018).

Uma vez que a prevalência de estimativas nas DF's depende de julgamentos incertos e orientados para futuros (Christensen, Glover, & Wood 2012; Peecher, Solomon, & Trotman 2013), consequentemente os auditores terão um aumento significativo na dificuldade da tarefa ao avaliar a razoabilidade destas estimativas, nomeadamente em rúbricas de justo valor (Christensen et al. 2012; Bratten, Gaynor, McDaniel, Montague & Sierra 2013). Por isso, aumento da complexidade de um cliente, leva certamente a uma maior atenção e tempo despendido por parte do auditor, pois

quanto mais julgamentos contabilísticos por parte da gestão a demonstração financeira possuir, mais é expectável é um maior número de KAMs.

Assim, definimos a seguinte hipótese de investigação:

H3: A complexidade do relato financeiro influencia positivamente a divulgação de KAM.

2.4.4. Situação Financeira da Seguradora - Solvência

A qualidade do relato financeiro das empresas comporta benefícios para a própria entidade e restantes *stakeholders*, por exemplo, melhora o processo de tomada de decisão da gestão (Horngren, 2009). É relevante referir que os bancos emprestam mais facilmente a empresas “saudáveis”, assim como investidores se baseiam no risco inerente à análise das demonstrações financeiras para a tomada de decisão (Falk & Ophir, 1973).

Zanchun, Chun & Jianming (2010) comprovaram que as empresas podem corromper a opinião do auditor, manipulando-o para obter uma opinião mais favorável, convencendo o auditor a dar primazia a esta opinião em detrimento à qualidade e rigor do relatório. Os mesmos autores provaram que as empresas com maior nível de rentabilidade têm naturalmente uma melhor opinião de auditoria e por isso, não alteram os relatórios de maneira a agradar os seus investidores. No caso das seguradoras, o risco de violar *covenants* (Franz, HassabElnaby & Lobo, 2014) ou descer no *rating* de crédito (Liu, Subramanyam, Zhang & Shi, 2018) são situações que podem induzir o órgão de gestão a enviar resultados mais facilmente. Isto significa que quando a situação é desfavorável há maior probabilidade de adulterar os resultados. Nestas circunstâncias, o auditor deve diminuir o seu risco de auditoria aceitável, assegurando que o princípio da transparência é aplicado e verificando se a realidade “está bem transcrita”.

Adicionalmente, foram realizadas análises em grandes empresas com poder e influência, onde Mutchler, Hopwood & McKeown (1997) dizem que os auditores estão menos propensos a emitir um relatório de opinião modificada a estas empresas, mesmo que mais tarde abram falência, porque confiam que estas conseguem enfrentar as suas dificuldades financeiras ou porque a emissão da sua opinião poderá levar à insolvência mais rapidamente. Assim, apesar de uma KAM ser apenas uma área onde o auditor chama a atenção sobre determinados assuntos, muitos auditores podem ficar consumidos pela

ideia das consequências da emissão da sua opinião, podendo levar à violação de alguns princípios básicos da sua profissão: integridade e objetividade.

Avaliar a situação financeira de uma seguradora torna-se essencial, porque a estabilidade financeira desta depende não só do lucro, mas também de outros fatores, como risco e capitalização que podem afetar solidez financeira (Cummins, Misas & Vencappa, 2017). Como anteriormente explicado, o projeto de *Solvency II* obrigou as empresas a cumprir regras quanto ao capital. Tendo em conta os requisitos quantitativos, as seguradoras devem cumprir com o requisito de capital mínimo designado por *Minimum Capital Requirement* (MCR) e uma margem de solvência conhecida como *Solvency Capital Requirement* (SCR). Lozano (2001) define o SCR é um valor mínimo de solvência a apresentar por cada seguradora, aquando do momento de cumprir os compromissos assumidos com os seus segurados. O MCR é o limite mínimo de capital abaixo do qual a seguradora apresenta um risco excessivo para os segurados. Ao obedecer cumulativamente às regras da *Solvency II*, acredita-se que as seguradoras garantem a existência de meios para cobrir as responsabilidades, evitam níveis indesejáveis de risco e promovem melhores práticas de gestão (Ronkainen, Koskinen & Berglund, 2007).

Assim sendo, as empresas que têm níveis de cobertura de MCR e SCR maiores que o legalmente exigido, é expectável que cumpram com mais facilidade todas as suas obrigações, apresentando menor risco de falência.

Assim, a última hipótese de investigação é a seguinte:

H4: Capacidade de cumprimento do indicador de solvência influencia negativamente a divulgação de KAM.

3. DADOS E METODOLOGIA

3.1. Descrição da Amostra

A amostra presente neste estudo contém 70 empresas seguradoras das quais 31 são as de maior dimensão entre as cotadas europeias e a restante amostra contempla as maiores seguradoras do mercado português. A escolha das empresas europeias teve em consideração o facto de existir obrigatoriedade de estas divulgarem informação contabilística. No que concerne às seguradoras portuguesas a escolha recaiu sobre estas, devido à disponibilidade e acessibilidade dos dados necessários para o estudo.

Os dados utilizados neste estudo incidem sobre os anos de 2017 e 2018, tendo sido obtidos através de duas fontes: (a) a base de dados *Orbis Europe*, da qual se extraiu dados relativos às características das seguradoras tais como a dimensão (total do Ativo), país onde opera, o ramo de atividade da seguradora e rácios como o *Profit margin* e o *Solvency ratio*; (b) dos relatórios de contas, de auditoria e de solvência, dos quais se recolheu manualmente as informações sobre o número de KAMs, honorários de auditoria, SCR, total de rubricas de Justo Valor e Provisões Técnicas.

Inicialmente selecionou-se as 10 maiores entidades seguradoras de países com a moeda euro no ano de 2018, através da base de dados da *Orbis Europe*. No entanto, dado que muitas empresas não apresentavam relatórios em inglês ou não era possível obter qualquer relatório para conseguir extrair dados, a amostra ficou muito reduzida e sem coerência. Uma vez que, as entidades cotadas em bolsa são obrigadas a disponibilizar ao público os seus relatórios e contas, como solução para aumentar a dimensão da amostra, procedeu-se à análise das seguradoras cotadas em bolsa do mercado europeu. As entidades que se encontravam numa moeda diferente do euro foi necessário realizar a conversão para a moeda base na taxa de câmbio fornecida pela *Orbis Europe* de 31/12/2017 e 31/12/2018.

Numa outra abordagem, seleccionámos apenas seguradoras portuguesas e espanholas, porém as segundas mencionadas apresentavam relatórios sem a informação necessária. Por fim, aglomerou-se uma amostra de 39 empresas portuguesas com toda a informação disponível, juntando assim à amostra prévia de 31 seguradoras europeias cotadas em bolsa. A dimensão da amostra recolhida foi condicionada pelo método de recolha manual dos dados.

A Tabela 1 apresenta a composição da amostra por país e na Tabela 2 é apresentada a distribuição das seguradoras pelo ramo de atividade. Foi efetuado um teste de robustez para verificar se existia alteração no modelo consoante o país, no entanto, os resultados indicaram que não existia efeito provocado pela nacionalidade da seguradora.

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR PAÍS

País	Nº de Empresas	Percentagem (%)
Alemanha	4	5,71
Áustria	1	1,43
Bélgica	1	1,43
Croácia	3	4,29
Dinamarca	2	2,86
Eslovénia	2	2,86
Espanha	2	2,86
Finlândia	1	1,43
França	3	4,29
Grécia	1	1,43
Holanda	3	4,29
Itália	5	7,14
Malta	2	2,86
Polónia	1	1,43
Portugal	39	55,71
Total	70	100%

TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR RAMO DE ATIVIDADE

Ramo de Atividade	Nº de Empresas	Percentagem (%)
Mista	43	61,43
Vida	15	21,43
Não Vida	12	17,14
Total	70	100%

3.2. Metodologia

Com base na revisão de literatura anteriormente apresentada e a fim de testar as nossas hipóteses de investigação, desenvolveu-se a seguinte equação (Equação 1):

$$NKAM_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ACTIVITY1_{it} + \beta_2 ACTIVITY2_{it} + \beta_3 LnFV_{it} + \beta_4 LnTP_{it} \\ + \beta_5 SCR_{it} + \beta_6 SIZE_{it} + \beta_7 BIG4_{it} + \beta_8 PROFIT_{it} \\ + \beta_9 SOLVENCY_{it} + \beta_{10} LnFEES_{it} + \varepsilon$$

A variável *NKAM* constitui a variável dependente representando o número de KAMs presentes no relatório de auditoria. A variável *i* representa o número de empresas (*i*=1 a 70) e a variável *t* representa o número de anos observados (*t*=2017 e 2018).

As variáveis independentes principais incidem sobre o conceito das provisões técnicas, complexidade do relato financeiro, a situação financeira das seguradoras e o ramo de atividade. O ramo de atividade mencionado na hipótese 1 é medido através das variáveis *dummy* *ACTIVITY1* e *ACTIVITY2*. A primeira assume valor 1 para a opção do ramo das seguradoras de vida e 0 se for mista ou não-vida e a segunda assume valor 1 para a opção do ramo das seguradoras de não-vida e 0 se for mista ou vida. Uma vez que o desempenho das empresas pode ser medido através de rácios e estes permitem distinguir os pontos fortes dos fracos do setor ao nível económico e financeiro, observar tendências e também servir de base para análises e ações futuras (Vieira, 2001), surge a hipótese 2, relacionada com a variável *TP* (*Technical Provisions*) que representa o total da rubrica Provisões Técnicas presente no ativo de uma empresa seguradora e é expresso em euros.

Quanto à hipótese 3, o nível de julgamento incide sobre as matérias contabilísticas presentes nas Demonstrações Financeiras é mensurado através da variável *FV* (*Fair Value*) que representa a totalidade de ativos financeiros mensurados ao justo valor e é expressa em euros.

A situação financeira enunciada na hipótese 4 é medida através da variável *SCR*, que mede o grau de cumprimento com requisitos enumerados na *Solvency II*.

Para controlar o efeito de outros fatores na divulgação de KAM são utilizadas diversas variáveis de controlo. A variável *SIZE* é frequentemente utilizada na literatura para controlar o tamanho das entidades em estudo e é medida pelo logaritmo do ativo total da entidade (Akam, 2011; García et al. (2019); Avallone & Quagli, 2015; Giner & Pardo, 2015). Esta variável pode ter impacto positivo ao nível de divulgação (Akam, 2011; Archambault & Archambault, 2003; Pinto & Morais, 2019). A variável *BIG4* representa o tipo de auditora e assume o valor 1 quando a auditoria é feita por uma *Big4* e 0 caso contrário. A *PROFITM* representa o rácio entre o *EBIT* (*Earnings Before Interest and Taxes*) e o Total das Vendas. Trata-se de uma medida de rentabilidade das entidades e poderia ter sido obtida também através do ROA (Rentabilidade do Ativo) (Bédard et al., 2014) ou do ROE (Rentabilidade do Capital Próprio) (Hope et al., 2008). A *SOLVENCY* mede a solvência de uma empresa, ou seja, é o rácio entre o Capital Próprio e Passivo. A *FEES* representa os honorários cobrados pelas auditoras (em euros), espera-se que os honorários de auditoria se relacionem positivamente com o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria (Pinto & Morais, 2019). Para testar as variáveis

expressas em euros (*FEES*, *FV* e *TP*) utilizou-se o logaritmo, designando respetivamente cada variável como *LnFEES*, *LnFV* e *LnTP*.

4. RESULTADOS EMPÍRICOS

4.1. *Estatísticas Descritivas*

A Tabela 3 mostra as estatísticas descritivas das variáveis que foram objeto de estudo. As seguradoras em média foram objeto de 2,56 KAMs, tendo os relatórios de auditoria variado entre 1 e 7 KAMs.

As variáveis *LnFV* e *LnTP* encontram-se com médias de 20,7670 e 20,3295, o que corresponde respetivamente a 58 144 291 milhares de euros³ de rubricas de justo valor e 42 444 443 milhares de euros⁴ de provisões técnicas. Além disso, as entidades contidas na amostra têm a variável *SCR* com mínimo de 84,7% e com um máximo 518,81%, mas com média a rondar os 202,11%.

No que diz respeito às variáveis de controlo, constata-se que a dimensão média da entidade (*SIZE*) é de 21,3054 o que representa um total de ativo em média de 59 451 738 milhares de euros. Verifica-se também que, em média, as empresas apresentam uma rentabilidade (*PROFITM*) de 8,7644 e de solvabilidade (*SOLVENCY*) de 29,7641. A maior parte da amostra é auditada por uma *BIG4*, visto que 84% das empresas são seguradoras cujos relatórios de auditoria são assinados por uma *Big 4*. Por último, o logaritmo dos honorários de auditoria (*LnFEES*), em média, é de 13,1801 (o que corresponde a um valor de honorário em média de 16 641 milhares de euros).

³ A média em milhares de euros foi calculada antes de logaritmizar a variável

TABELA 3 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variável	Nº de Observações	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
<i>NKAM</i>	140	2,5643	2	1,4455	1	7
<i>LnFV</i>	140	20,7670	20,2232	3,4893	8,2892	27,3573
<i>LnTP</i>	140	20,3295	19,7096	3,5256	9,63	27,34
<i>SCR</i>	140	2,0211	1,996	0,6063	0,847	5,1881
<i>SIZE</i>	140	21,3054	20,6784	3,0512	15,3614	27,5592
<i>PROFITM</i>	140	8,7644	8,965	11,2381	-35,4	57,4
<i>SOLVENCY</i>	140	29,7641	13,545	53,7112	2,32	412,81
<i>LnFEES</i>	140	13,1801	12,26	2,5999	9,1	20,18

Variáveis: *NKAM* = número de KAMs divulgadas no período findo de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018; *LnFV* = logaritmo natural das rubricas de Justo Valor; *LnTP* = logaritmo natural da rubrica de Provisões Técnicas; *SCR* = percentagem do requisito de capital de solvência; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *PROFITM* = rácio entre o total de Vendas e o *EBIT*; *SOLVENCY* = rácio entre o Capital Próprio e o Passivo; *LnFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria;

4.2. Matriz de Correlação

A Tabela 4 apresenta a correlação entre todas as variáveis do modelo exposto. As variáveis de interesse *LnFV* (0,4739), *LnTP* (0,4041), *SIZE* (0,5190), *LnFEES* (0,4841) e *PROFITM* (0,2627) estão correlacionadas positivamente com a variável *NKAM*, o que significa que todas as variáveis mencionadas influenciam o número de KAMs divulgado nos relatórios de auditoria. Pode-se verificar ainda que as mesmas se encontram com uma relação linear, estatisticamente significativa ao nível de significância de 1%, com a variável dependente e todas obtiveram o sinal esperado. Estes resultados apoiam Sierra-García et al. (2019) no que concerne à influência das características do cliente na divulgação de KAMs, assim como Ferreira & Morais (2020) que acreditam na existência de uma relação positiva entre o número de KAMs e a complexidade da empresa auditada. Corrobora ainda com o estudo de Pinto & Morais (2019), visto que *LnFEES* influencia positivamente a variável *NKAM*.

Ao contrário, atuam as variáveis *ACTIVITY1* (-0,2579), *ACTIVITY2* (-0,1650) apresentando correlações negativas estatisticamente significativas com a variável *NKAM*. Assim, os resultados indicam que a seguradora estar dedicada em exclusivo a um ramo em detrimento de explorar os dois ramos em simultâneo, tem impacto na redução do *NKAM*.

A *ACTIVITY1* correlaciona-se negativamente com todas as variáveis do modelo. Já a variável *ACTIVITY2* segue os mesmos traços de correlação, sendo que apenas correlaciona-se positivamente com as variáveis *PROFITM* e *SOLVENCY*.

A um nível de significância de 1%, a variável *LnFV* correlaciona-se positivamente com as variáveis *LnTP* (0,8573), *SIZE* (0,8627), *BIG4* (0,3237) e *LnFEES* (0,6815). No caso das provisões técnicas, uma vez que são rubricas de elevada sofisticação é natural que o aumento desta faça aumentar também a complexidade do relato financeiro. A dimensão da empresa (*SIZE*) correlaciona-se com a complexidade, pois, por norma numa empresa grande existe menos simplicidade nas operações. Além disso, é comum ser uma *Big 4* responsável por auditar empresas mais complexas, visto que segundo diversos autores, as *Big 4* proporcionam uma auditoria com maior qualidade devido aos recursos e investimentos que utilizam no processo de auditoria (Francis & Yu, 2009; Simunic & Stein, 1996). Esta justificação também é utilizada para explicar a relação positiva e significativa a um nível de 1% existente entre as variáveis *SIZE* e *BIG4*. Quanto aos honorários dos auditores, estes estão associados com o risco e complexidade do cliente (Lyon & Maher, 2005; Simunic & Stein, 1996), pois muitas vezes exigem mais esforço do auditor (Yatim, Kent & Clarkson, 2006), logo era de esperar que esta relação fosse positiva. Perante o mesmo nível de significância, a variável correlaciona-se negativamente com *SOLVENCY* (-0,4598) e *ACTIVITY2* (-0,4439).

Em relação à variável *LnTP*, os resultados demonstram correlações significativas a um nível de 1% com sete variáveis do modelo. Estão positivamente correlacionadas com esta variável a *SIZE*, *BIG4*, *LnFEES*, *NKAM* e *LnFV* e, correlacionadas negativamente com *LnTP* estão as variáveis *SOLVENCY* e *ACTIVITY2*. Uma vez que as provisões técnicas são uma rubrica do Ativo, era esperado que estas estivessem correlacionadas com a variável correspondente à dimensão da empresa. Quando uma seguradora tem maior valor de Provisões Técnicas, é expectável que seja auditada por uma *BIG4*, os honorários são mais altos (*LnFEES*) e geralmente pagas por empresas maiores (*SIZE*), porque são empresas mais arriscadas ou mais complexas (*LnFV*) (Sierra-García et al., 2019).

Já a *SCR* apresenta poucas e fracas correlações, sendo que com *PROFITM* (-0,1691) o sinal é negativo e positivo com *BIG4* (0,1561), sendo que são significativas a níveis de 10% e 5% respetivamente. Esta variável é a que tem menos correlações significativas com as restantes variáveis do modelo.

A variável de dimensão (*SIZE*) está significativamente correlacionada com todas as variáveis a um nível de 1%, exceto com *PROFITM* e *SCR*. Com sinal positivo encontra-se correlacionada com as variáveis acima mencionada, mas também com *LnFEES*. A correlação entre *SIZE* e *LnFEES* sugere que empresas com maiores dimensões tendem a ter honorários mais elevados, visto que necessitam de um trabalho de auditoria mais complexo e extenso, levando a despesar de mais tempo na realização das suas tarefas (Simunic 1980; Gimbar et al., 2016; Sirois et al., 2018). Esta variável apresenta correlação negativa com *SOLVENCY*, *ACTIVITY1* e *ACTIVITY2*.

Adicionalmente, a variável de controlo *BIG4* correlaciona-se a vários níveis de significância com as variáveis previamente identificadas, e ainda a um nível de significância de 1% com as variáveis *SOLVENCY* (-0,3062) e *LnFEES* (0,3050). Quanto à última correlação (*LnFEES* e *BIG4*), é reforçada a ideia de Gimbar et al., 2016, Sirois et al., 2018 de que as *Big 4* cobram honorários mais elevados do que outras empresas pela prestação dos seus serviços. Os preços destes serviços são mais altos, porque as *Big 4* oferecem aos seus clientes serviços e recomendações de especialistas em questões de contabilidade, baseadas na experiência da sua grande carteira de clientes (Bills, Cunningham, & Myers, 2016) e ainda estão motivadas a fornecer auditorias de alta qualidade para proteger sua reputação e evitar litígios onerosos (Khurana & Raman, 2004).

Importa ainda salientar que a variável *PROFITM* correlaciona-se com um nível de significância de 10% com sinal fraco e positivo, com a variável *SOLVENCY* (0,1656), esta relação dá a ideia de que uma empresa com maior rentabilidade terá um rácio de solvência maior.

A um nível de significância de 1%, a variável *SOLVENCY* para além das correlações mencionadas supra, tem uma correlação significativa e negativa com a variável *LnFEES* (-0,3438).

TABELA 4 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	<i>NKAM</i>	<i>ACTIVITY1</i>	<i>ACTIVITY2</i>	<i>LnFV</i>	<i>LnTP</i>	<i>SCR</i>	<i>SIZE</i>	<i>BIG4</i>	<i>PROFITM</i>	<i>SOLVENCY</i>	<i>LnFEES</i>
									<i>M</i>		
<i>NKAM</i>	1,0000										
<i>ACTIVITY1</i>	-0,2579***	1,0000									
<i>ACTIVITY2</i>	-0,1650*	-0,2274***	1,0000								
<i>LnFV</i>	0,4739***	-0,1350	-0,4439***	1,0000							
<i>LnTP</i>	0,4041***	-0,1350	-0,5715***	0,8573***	1,0000						
<i>SCR</i>	-0,0552	-0,0946	-0,1282	0,0730	0,0312	1,0000					
<i>SIZE</i>	0,5190***	-0,1723***	-0,5481***	0,8627***	0,8978***	-0,0056	1,0000				
<i>BIG4</i>	0,0874	-0,1766**	-0,4285***	0,3237***	0,4077***	0,1561*	0,3304***	1,0000			
<i>PROFITM</i>	0,2627***	-0,0866	0,2071**	0,0138	-0,0538	-0,1691**	0,0416	-0,1310	1,000		
<i>SOLVENCY</i>	-0,1214	-0,0990	0,4992***	-0,4598***	-0,5400***	-0,0159	-0,4760***	-0,3062***	0,1656*	1,0000	
<i>LnFEES</i>	0,4841***	-0,3577***	-0,3505***	0,6815***	0,7499***	-0,0117	0,7373***	0,3050***	0,0282	-0,3438***	1,0000

Variáveis: *NKAM* = número de KAMs divulgadas no período findo de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018; *ACTIVITY1* = variável *dummy* que assume o valor um quando é seguradora do ramo vida e zero caso contrário; *ACTIVITY2* = variável *dummy* que assume o valor um quando é seguradora do ramo não-vida e zero caso contrário; *LnFV* = logaritmo natural das rubricas de Justo Valor ; *LnTP* = logaritmo natural da rubrica de Provisões Técnicas; *SCR* = percentagem do requisito de capital de solvência; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *BIG4* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade é auditada por uma *Big Four* e zero caso contrário; *PROFITM* = rácio entre o total de Vendas e o *EBIT*; *SOLVENCY* = rácio entre o Capital Próprio e o Passivo; *LnFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria;

A Tabela 5 mostra o teste VIF (*Variance Inflation Factors*) para as variáveis independentes. Na sequência das correlações, efetuou-se o teste VIF com o intuito de detetar a existência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. De acordo com a tabela, constata-se que não existe multicolinearidade (VIF inferior a 10)⁵, pelo que todas as variáveis foram incluídas na regressão.

TABELA 5 – *VARIANCE INFLATION FACTORS*: TESTE VIF

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>ACTIVITY1</i>	1,58	0,6339
<i>ACTIVITY2</i>	2,33	0,4289
<i>LnFV</i>	4,88	0,2050
<i>LnTP</i>	7,69	0,1300
<i>SCR</i>	1,13	0,8879
<i>SIZE</i>	7,37	0,1358
<i>BIG4</i>	1,44	0,6947
<i>PROFITM</i>	1,14	0,8741
<i>SOLVENCY</i>	1,58	0,6318
<i>LnFEES</i>	2,83	0,3534
<i>Média</i>	3,20	

4.3. Análise e Discussão dos Resultados

A Tabela 6 apresenta os resultados do modelo descrito na secção 3.2.. Inicialmente, com o intuito de averiguar qual dos modelos é o mais indicado (efeitos fixos, efeitos aleatórios ou *POLS*, dado que estamos a usar dados em painel), submeteu-se a vários testes. Em primeiro lugar, foi calculado o modelo pelo *Pooled OLS*. O diagnóstico obtido permitiu concluir que como a significância conjunta apresentava um *p-value* com valor muito baixo, o modelo Mínimos Quadrados (OLS) agrupado (*pooled*) é rejeitado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos fixos. Realizou-se ainda o teste *Breusch-Pagan* em que novamente o *p-value* apresentou valores baixos, pelo o que se rejeitou a utilização do modelo Mínimos Quadrados (OLS) agrupado (*pooled*), validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios.

⁵ Limite máximo sugerido por Hair et al. (2010).

Pela estatística de teste de *Hausman*, concluiu-se que o modelo dos efeitos aleatórios é o mais apropriado para realizar o estudo e as estimativas de efeitos aleatórios podem ser consideradas consistentes. Como os resultados de significância individual foram diferentes do resultado esperado das hipóteses inicialmente previstas, testou-se o modelo de regressão tradicional (*OLS*), no entanto, visto que este não considera o efeito de dados temporais, a estimativa dos coeficientes poderá estar enviesada pela autocorrelação entre valores provocada pela temporalidade dos dados. Por esse motivo, é preferível testar as hipóteses com o modelo dos efeitos aleatórios, visto que esse modelo é mais forte que o *Pooled OLS*. Teoricamente sabe-se que o modelo dos efeitos aleatórios deve ser utilizado quando se pretende generalizar uma determinada população através de uma amostra mais pequena (Gurka, Kelley & Edwards, 2012), tal como se verifica neste estudo.

Posteriormente, apresentar-se-á os resultados evidenciados na Tabela 6, nomeadamente o poder explicativo do modelo e a significância conjunta dos regressores. Podemos observar que o valor do *R-Squared* (R^2) constata que o modelo explica cerca de 42,59%. E, com base no teste à significância global dos regressores (teste F de *Snedecor*), conclui-se que os mesmos no seu conjunto têm poder explicativo dado que se obteve um valor-p de 0,000.

Relativamente à dimensão da amostra, os resultados da variável de controlo *SIZE* fornecem evidências de uma relação positiva ($\beta_6 = 0,2448$) e estatisticamente significativa a um nível de 5% entre a variável mencionada e a variável dependente (*NKAM*). O que significa que quando a dimensão aumenta 1%, a divulgação de KAMs em média é aproximadamente $0,2448/100=0,002448$, mantendo tudo o resto constante. Esta descoberta é consistente com Pinto & Morais (2019), visto que as autoras comprovaram a existência de uma relação positiva entre a dimensão da entidade e o nível de divulgação de KAMs.

Quando a análise recai sobre a variável *PROFITM* os resultados apontam para uma relação positiva e estatisticamente significativa ao nível de 5%, ou seja, o aumento do rácio leva a uma maior divulgação de KAMs (aproximadamente, em média, 0,0213 mantendo tudo o resto constante). Contrariamente ao esperado, os resultados apresentam sinal positivo, o que pode fazer sentido numa ótica em que o auditor considera que as margens operacionais ligadas à atividade da empresa são as mais suscetíveis a erros. Estes resultados não corroboram com os resultados de Gambetta et al. (2017) e Pinto & Morais

(2019), pois o sinal esperado encontra-se diferente do que o defendido pelos autores mencionados previamente.

Complementarmente, constata-se que todas as outras variáveis não são estatisticamente significativas. Logo, o previsto na revisão de literatura não se constatou, nenhuma das hipóteses formuladas tem resultado consistente para que se possa chegar a uma conclusão.

A variável *ACTIVITYI* mencionada na primeira hipótese era expectável assumir um valor positivo, já que o ramo de atividade vida poderia por si só influenciar a divulgação de KAMs, isto porque as taxas de cobertura do ramo vida são diferentes do ramo não vida devido às diferentes exigências de margens. Além disso, os ramos encontram-se em fases distintas de crescimento, os primeiros têm crescido a taxas muito mais robustas que os segundos. No entanto, os resultados obtidos não são os esperados pelo que podemos concluir que o ramo vida não é “característica suficiente” para influenciar a divulgação de KAMs. Uma possível justificação prende-se com o facto de o ramo não-vida ser igualmente imprevisível e arriscado.

A segunda e terceira hipótese sugerem que a complexidade (medida pelas rubricas de justo valor) e as provisões técnicas de uma empresa seguradora influenciam positivamente o nível de divulgação de KAMs, porém rejeita-se dessa forma estas duas hipóteses, pois de acordo com o *p-value* das variáveis estas não são estatisticamente significativas. As duas hipóteses não corroboram com a revisão de literatura, visto que apesar de serem rubricas com tamanho considerável dentro do Balanço das seguradoras, não se tornam suficientes para afirmar que as mesmas são influenciáveis na divulgação de KAMs no relatório de auditoria. Esta conclusão contraria Cordos & Fülöp (2015) que afirmam que a divulgação de KAMs depende da complexidade da empresa auditada.

Já a *SCR* é uma variável que o sinal esperado era negativo, no entanto não é estatisticamente significativa para esta análise, logo informa que a mesma não influencia a divulgação de KAMs. Esta variável foi testada ainda em duas amostras separadas, uma com apenas empresas cotadas em bolsa e outra amostra só com seguradoras portuguesas. Nestes dois casos, a variável tornou-se estatisticamente significativa, o que mostra que os resultados iniciais podem estar enviesados devido às características distintas entre os dois grupos de seguradoras.

Quanto às variáveis de controlo *BIG4* e *SOLVENCY* estas também não se comportam de acordo com o esperado, não são significativas e/ou têm sinal contrário ao esperado. Os resultados obtidos, não corroboram com resultado apurado no estudo de Velte (2018) em que evidencia que as empresas auditadas por *Big4* tendem a apresentar mais KAMs no relatório de auditoria, visto que estas têm mais conhecimento.

O resultado da variável *LnFEES* é consistente com Bédard et al. (2014) e Gutierrez et al. (2016), que sugeriu que os honorários pagos ao auditor não variam com o número de KAM divulgados.

TABELA 6 – RESULTADOS DA REGRESSÃO EFEITOS ALEATÓRIOS

Variáveis Independentes	Coefficiente	Sinal esperado	Coefficiente	Valor-p
<i>CONSTANTE</i>	β_0	?	-0,9114	0,463
<i>ACTIVITY1</i>	β_1	+	-0,4521	0,266
<i>ACTIVITY2</i>	β_2	-	-0,1087	0,833
<i>LnFV</i>	β_3	+	0,0303	0,486
<i>LnTP</i>	β_4	+	-0,0864	0,264
<i>SCR</i>	β_5	-	-0,0322	0,839
<i>SIZE</i>	β_6	+	0,2448**	0,016
<i>BIG4</i>	β_7	+	-0,2737	0,526
<i>PROFITM</i>	β_8	-	0,0213**	0,017
<i>SOLVENCY</i>	β_9	-	0,0013	0,634
<i>LnFEES</i>	β_{10}	-	0,0986	0,222
Observações	140			
R ²	42,59%			
Valor-p	0,0000			

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 1%, 5% e 10%, respetivamente.

Variáveis: *NKAM* = número de KAMs divulgadas no período findo de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018; *ACTIVITY1* = variável *dummy* que assume o valor um quando é seguradora do ramo vida e zero caso contrário; *ACTIVITY2* = variável *dummy* que assume o valor um quando é seguradora do ramo não-vida e zero caso contrário; *LnFV* = logaritmo natural das rubricas de Justo Valor ; *LnTP* = logaritmo natural da rubrica de Provisões Técnicas; *SCR* = percentagem do requisito de capital de solvência; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *BIG4* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade é auditada por uma *Big Four* e zero caso contrário; *PROFITM* = rácio entre o total de Vendas e o *EBIT*; *SOLVENCY* = rácio entre o Capital Próprio e o Passivo; *LnFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria;

5. CONCLUSÃO

As limitações dos relatórios de auditoria, nomeadamente a padronização excessiva e o fraco poder de comunicação derivado da sua linguagem técnica, levaram à necessidade da inclusão da secção das *Key Audit Matters*. Desde o aparecimento destas matérias relevantes de auditoria, a literatura tem se focado mais nas consequências registadas pela comunicação de uma KAM, do que nos determinantes que deram origem à mesma.

O presente estudo visa identificar determinantes que influenciam o surgimento de uma KAM. Neste sentido, o trabalho realizado foca-se essencialmente nas KAMs existentes nos relatórios de auditoria de seguradoras europeias cotadas em bolsa e seguradoras portuguesas. Esta temática é interessante, não só porque existem poucos estudos sobre esta nova norma das KAMs, como também o mercado escolhido tem uma dimensão economicamente relevante e tem sofrido, nos últimos anos, reestruturações significativas.

Neste seguimento, o âmago deste estudo está na verificação se determinadas circunstâncias estão associadas à divulgação de KAM, mais concretamente, tipo de ramo de atividade da seguradora, peso da rubrica Provisões Técnicas, complexidade do relato financeiro, dimensão da seguradora, capacidade de cumprimento dos indicadores de solvência (SCR), tipo de auditoria, honorários do auditor e rácios de solvabilidade e rendibilidade. A amostra recolhida é composta por 70 seguradoras, 41 empresas europeias cotadas em bolsa e 39 empresas portuguesas, e os dados respeitam aos anos 2017 e 2018.

Os resultados obtidos mostram que apenas a dimensão e a rendibilidade estão associadas positivamente à divulgação de KAM. A opinião de Pinto & Moraes (2019) não corrobora com os resultados obtidos, pois defendem que a rendibilidade está negativamente associada à divulgação de KAMs, já que entidades com baixa rendibilidade têm maior risco de falência e por isso, os auditores necessitam de maior atenção. No entanto, a rendibilidade nem sempre é tradução de contas “limpas” e isentas de fraude. A gestão pode manipular resultados, por exemplo, com o intuito de atingir certos *targets* (Perols & Lougee, 2011) ou não defraudar as expectativas dos investidores (Dechow, Ge, Larson & Sloan, 2011). Assim, o auditor, nestes casos, deve alargar o âmbito do seu trabalho, ser mais cético em relação às contas da empresa e pode consequentemente, divulgar mais KAMs. Em relação à dimensão, os resultados obtidos

apoiam a opinião de Pinto & Moraes (2019) no sentido que as grandes empresas são mais complexas, exigindo mais trabalho dos auditores, e representando um maior risco para a responsabilidade dos auditores, o que leva a uma maior divulgação de KAMs.

Em relação aos outros determinantes estudados, verificou-se que não existe uma associação entre KAM e os mesmos. No entanto, é importante salientar que o presente estudo se encontra sujeito a limitações e sugere espaço para adicionais pesquisas sobre a relação entre a divulgação das *Key Audit Matters* e os seus determinantes. Em primeiro lugar, no que respeita as limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade de acesso aos relatórios de auditoria, uma vez que estes nem sempre estão contemplados junto das demonstrações financeiras, o que dificulta uma pesquisa rápida. A falta de informação é outro fator que impede constituição de uma amostra significativa (paralelamente, é necessário referir que alguns dos dados retirados da *Orbis Europe* não se encontravam disponíveis, tendo sido um processo mais moroso pesquisar e introduzir a informação à mão). Em segundo lugar, é de notar que as empresas selecionadas têm características distintas, apesar de serem do setor segurador, principalmente a nível de dimensão. Por último, o horizonte temporal é reduzido, uma vez que a introdução das *Key Audit Matters* apenas entrou em vigor em 2016.

Como estudos futuros, aponta-se o alargamento do mesmo para a análise de outros determinantes da divulgação de KAMs no setor segurador. Assim como, aplicar o mesmo estudo a amostras mais homogêneas, nomeadamente em relação a cada país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboody, D., Barth, M. E., & Kasznik, R. (2006). Do firms understate stock option-based compensation expense disclosed under SFAS 123?. *Review of Accounting Studies*, 11(4), 429-461.
- Adams, M. B., & Jiang, W. (2016). Do outside directors influence the financial performance of risktrading firms? Evidence from the United Kingdom (UK) insurance industry. *Journal of Banking and Finance*, 64(March), 36-51.
- Adams, M., & Jiang, W. (2017). Do chief executives' traits affect the financial performance of risk-trading firms? Evidence from the UK insurance industry. *British Journal of Management*, 28(3), 481-501.
- Alissa, W., Capkun, V., Jeanjean, T., & Suca, N. (2014). An empirical investigation of the impact of audit and auditor characteristics on auditor performance. *Accounting, Organizations and Society*, 39(7), 495-510.
- Ames, D., Rich, J., Sankara, J., & Wood, J. (2019). Earnings Management and Subsequent Risk Assessments: Evidence from the Property-Casualty Insurance Industry. *Journal of Applied Economics & Business Research*, 9(3), 111–126.
- Arena, M. (2008). Does insurance market activity promote economic growth? A cross-country study for industrialized and developing countries. *Journal of risk and Insurance*, 75(4), 921-946.
- Backof, Ann G. (2014). The Impact of Audit Evidence Documentation on Jurors' Negligence Verdicts and Damage Awards. *The Accounting Review*, 90(6), 2177-2204
- Baldvinsdóttir, E. and Palmborg, L. (2011). *On Constructing a Market Consistent Economic Scenario Generator*. Working Paper. Available at: <https://www.math.kth.se/matstat/seminarier/reports/M-exjobb11/110317a.pdf> [Access in: 2020/06/23].
- Bamber, L. S., Hui, K. W., & Yeung, P. E. (2010). Managers' EPS forecasts: Nickeling and diming the market?. *The Accounting Review*, 85(1), 63-95.

Barroso, M. D. N. E. (1998). *Garantias financeiras das empresas de seguros: as provisões técnicas*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Bartov, E., Mohanram, P., & Nissim, D. (2007). Managerial discretion and the economic determinants of the disclosed volatility parameter for valuing ESOs. *Review of Accounting studies*, 12(1), 155-179.

Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). *Costs and benefits of reporting key audit matters in the audit report: The French experience*. Working paper. Available at:

https://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Schatt.pdf [Access in: 2020/05/27].

Bills, K. L., Cunningham, L. M., & Myers, L. A. (2016). Small audit firm membership in associations, networks, and alliances: Implications for audit quality and audit fees. *The Accounting Review*, 91(3), 767-792.

Bonner, S. E. (1994). A model of the effects of audit task complexity. *Accounting, Organizations and Society*, 19(3), 213-234.

Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: The effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review*, 91(5), 1345-1362.

Bratten, B., Gaynor, L. M., McDaniel, L., Montague, N. R., & Sierra, G. E. (2013). The audit of fair values and other estimates: The effects of underlying environmental, task, and auditor-specific factors. *Auditing: A Journal of Practice*, 32(1), 7-44.

Brown, T., Majors, T., & Peecher, M. (2015). *The influence of evaluator expertise, a judgment rule, and critical audit matters on assessments of auditor legal liability*. Working paper, University of Illinois at Urbana–Champaign.

Caramanis, C., & Lennox, C. (2008). Audit effort and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 45(1), 116-138.

Caramanis, C., & Spathis, C. (2006). Auditee and audit firm characteristics as determinants of audit qualifications: Evidence from the Athens stock exchange. *Managerial Auditing Journal*, 21(9), 905-920.

Carcello, J. V., & Li, C. (2013). Costs and benefits of requiring an engagement partner signature: Recent experience in the United Kingdom. *The Accounting Review*, 88(5), 1511-1546.

Che, X., & Liebenberg, A. P. (2017). Effects of business diversification on asset risk-taking: Evidence from the US property-liability insurance industry. *Journal of Banking & Finance*, 77(April), 122-136.

Chen, F., Peng, S., Xue, S., Yang, Z., & Ye, F. (2016). Do audit clients successfully engage in opinion shopping? Partner-level evidence. *Journal of Accounting Research*, 54(1), 79-112.

Chen, H., Cummins, J. D., Viswanathan, K. S., & Weiss, M. A. (2014). Systemic risk and the interconnectedness between banks and insurers: An econometric analysis. *Journal of Risk and Insurance*, 81(3), 623-652.

Chen, L., Jones, K. L., Lisic, L. L., Michas, P., Pawlewicz, R., & Pevzner, M. B. (2013). Comments by the Auditing Standards Committee of the Auditing Section of the American Accounting Association on the IAASB Proposal: Improving the Auditor's Report: Participating Committee Members and Other Contributors. *Current Issues in Auditing*, 7(1), C11-C20.

Chen, X., Sun, Z., Yao, T., & Yu, T. (2020). Does operating risk affect portfolio risk? Evidence from insurers' securities holding. *Journal of Corporate Finance*, 62(June), 101579.

Chong, K. M., & Pflugrath, G. (2008). Do different audit report formats affect shareholders' and auditors' perceptions?. *International Journal of Auditing*, 12(3), 221-241.

Christensen, B. E., S. M. Glover, & D. A. Wood. (2012). Extreme estimation uncertainty in fair value estimates: Implications for audit assurance. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(1), 127–146.

Christensen, B., Glover S., & Wolfe C. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(4), 71-93.

Chung, J., & Monroe, G. S. (2001). A research note on the effects of gender and task complexity on an audit judgment. *Behavioral Research in Accounting*, 13(1), 111-125.

Church, B. K., Davis, S. M., & McCracken, S. A. (2008). The Auditor's Reporting Model: A Literature Overview and Research Synthesis. *Accounting Horizons*, 22(1), 69–90.

Clikeman, P. M. (2018). AS 3101: The PCAOB's New Auditor Reporting Requirements. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, 29(3), 7-15.

Coram, P. J., Mock, T. J., Turner, J. L., & Gray, G. L. (2011). The Communicative Value of the Auditor's Report. *Australian Accounting Review*, 21(3), 235–252.

Cordos, G. & Fülöp, M. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting & Management Information System*, 14(1), 128-152.

Cruz, M. C. G. P. (2019). *Evaluation of the technical provisions of insurance contracts under IFRS 17*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Cummins, J. D., & Weiss, M. A. (2014). Systemic Risk and the U. S. Insurance Sector. *Journal of Risk & Insurance*, 81(3), 489.

Cummins, J. D., Rubio-Misas, M., & Vencappa, D. (2017). Competition, efficiency and soundness in European life insurance markets. *Journal of Financial Stability*, 28(February), 66-78.

Ćurak, M., Lončar, S., & Poposki, K. (2009). Insurance sector development and economic growth in transition countries. *International Research Journal of Finance and Economics*, 34(3), 29-41.

Das, M. U. S., Podpiera, R., & Davies, N. (2003). *Insurance and Issues in Financial Soundness*. IMF Working Paper. Available at: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp03138.pdf> [Access in 2020/04/02].

de Lagarde, O. (2010). *L'invention du contrôle des risques dans les organismes d'assurance*. Université Paris Dauphine, Paris

de Sousa Bornett, S., & Pinheiro, C. M. (2018). *O Mercado Segurador em Portugal: O Papel dos Gestores na Constituição de Provisões* (No. 0112). Working paper. Available: https://www.gee.gov.pt/RePEc/WorkingPapers/GEE_PAPERS_112.pdf [Access in: 2020/09/04].

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.

Dechow, P. M., Ge, W., Larson, C. R., & Sloan, R. G. (2011). Predicting material accounting misstatements. *Contemporary Accounting Research*, 28(1), 17-82.

Decreto-Lei n.º 94-B/98 de 17 de abril. Diário da República n.º 90/1998, 2º Suplemento, Série I-A. Lisboa, Ministério das Finanças.

Delgado, M. M. D. S. (2011). *Projecto solvência II-Modelação do risco de subscrição numa companhia de seguros não vida*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Lisboa

DeZoort, F. T., & S. E. Salterio, (2001). The Effects of Corporate Governance Experience and Financial Reporting and Audit Knowledge on Audit Committee Members' Judgments. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 20(2), 31-47.

Dickinson, G., & Liedtke, P. M. (2004). Impact of a fair value financial reporting system on insurance companies: a survey. *The Geneva Papers on Risk and Insurance. Issues and Practice*, 29(3), 540-581.

Eling, M., & Jia, R. (2018). Business failure, efficiency, and volatility: Evidence from the European insurance industry. *International Review of Financial Analysis*, 59(October), 58-76.

Fakhfakh, M. (2016). An Empirical Investigation of Readability and Communicative Performance of Auditor's Report Post ISA 700. *IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices*, 15(4), 64-96.

Falk, H., & Ophir, T. (1973). The Effect of Risk on the Use of Financial Statements by Investment Decision-Makers: A Case Study. *The Accounting Review*, 48(2), 323–338.

Ferreira, C., & Morais, A. I. (2020). Analysis of the relationship between company characteristics and key audit matters disclosed. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274.

Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552.

Franz, D. R., H. R. HassabElnaby, & G. J. Lobo. (2014). Impact of Proximity to Debt Covenant Violation on Earnings Management. *Review of Accounting Studies*, 19(1), 473-505.

Froot, K. A., & O'Connell, C. P. G. J. (2008). On the pricing of intermediated risks: Theory and application to catastrophe reinsurance. *Journal of Banking and Finance*, 32(1), 69–85.

Fülop, M. T. (2018). New tendencies in audit reporting, examples of good practices BVB. *The Audit Financiar journal*, 16(150), 249-249.

Gimbar, C., Hansen B. & Ozlanski, M. E. (2016). The Effects of Critical Audit Matter Paragraphs and Accounting Standard Precision on Auditor Liability, *The Accounting Review*, 91(6), 1629-1646.

Gláserová, J., & Vávrová, E. (2013). Accounting and tax implications of the creation and use of technical provisions of commercial insurance companies. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 61(7), 2123-2131.

Glover, S. M., M. H. Taylor, & Y. Wu.. (2017). Current practices and challenges in auditing fair value measurements and complex estimates: Implications for auditing standards and the academy. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 36 (1), 63–84.

Gold, A., Gronewold, U., & Pott, C.. (2012). The ISA 700 Auditor's Report and the Audit Expectation Gap - Do Explanations Matter?. *International Journal of Auditing*, 16(3), 286–307.

Grace, M.F., & Leverty, J.T. (2012). Property–Liability Insurer Reserve Error: Motive, Manipulation, or Mistake. *Journal of Risk and Insurance*, 79(2), 351-380.

Griffith, E. E., J. S. Hammersley, & K. Kadous. (2015). Audits of complex estimates as verification of management numbers: How institutional pressures shape practice. *Contemporary Accounting Research*, 32(3), 833–63.

Gurka, M. J., Kelley, G. A., & Edwards, L. J. (2012). Fixed and random effects models. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Computational Statistics*, 4(2), 181-190.

Gutierrez, E., Minutti-Meza, M., Tatum, K. W., & Vulcheva, M. (2018). Consequences of adopting an expanded auditor's report in the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1543-1587.

Haiss, P. & Sümegi, K. (2008). The relationship between insurance and economic growth in Europe: a theoretical and empirical analysis. *Empirica*, 35(4), 405–431.

Hanley, K. W., Jagolinzer, A. D., & Nikolova, S. (2018). Strategic estimation of asset fair values. *Journal of Accounting and Economics*, 66(1), 25-45.

Hope, O. K., Kang, T., Thomas, W., & Yoo, Y. K. (2008). Culture and auditor choice: A test of the secrecy hypothesis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(5), 357-373.

Horngren, C. T. (2009). *Cost accounting: A managerial emphasis* (13^aed.). New Jersey: Pearson.

Hsu, W., Huang, Y. R., & Lai, G. (2019). Reserve Management and Audit Committee Characteristics: Evidence from U.S. Property–Liability Insurance Companies. *Journal of Risk & Insurance*, 86(4), 1019–1043.

Huang, L. Y., Lai, G. C., McNamara, M., & Wang, J. (2011). Corporate governance and efficiency: evidence from US property–liability insurance industry. *Journal of Risk and Insurance*, 78(3), 519-550.

International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2009). *Modifications To The Opinion In The Independent Auditor's Report. International Standard on Auditing 705*. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a037-2010-iaasb-handbook-isa-705.pdf> [Access in: 2020/03/12].

International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2015). *Communicating key audit matters in the independent auditor's report. International Standard on Auditing 701*. Available at: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-701_2.pdf [Access in: 2020/03/12].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2009). *Overall objectives of the independent auditor and the conduct of an audit in accordance with international standards on auditing. International Standard on Auditing 200*. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a008-2010-iaasb-handbook-isa-200.pdf> [Access in: 2020/03/12].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2009). *Forming an opinion and reporting on financial statements. International Standard on Auditing 700*. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a036-2010-iaasb-handbook-isa-700.pdf> [Access in: 2020/03/13].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2015a). *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. International Standard on Auditing 701*. Available at: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-701_2.pdf [Access in: 2020/03/14].

International Federation of Accountants (IFAC) (2015a). *Auditor Reporting-Key Audit Matters*. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Auditor-Reporting-Toolkit-KAM-Overview.pdf> [Access in: 2020/09/02].

- Ireland, J. (2003). An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. *Journal of Business Finance & Accounting*, 30(7-8), 975-1016.
- Jeffers, A. E. (2018). The New PCAOB Auditing Standard: Increased Challenges for Auditors. *Proceedings of the Northeast Business & Economics Association*, 140–142.
- Jermakowicz, E. K., Epstein, B. J., & Ramamoorti, S. (2018). CAM versus KAM-A Distinction without a Difference?: Making Judgments in Reporting Critical Audit Matters. *The CPA Journal*, 88(2), 34-40.
- Khurana, I. K., & Raman, K. K. (2004). Litigation risk and the financial reporting credibility of Big 4 versus non-Big 4 audits: Evidence from Anglo-American countries. *The Accounting Review*, 79(2), 473-495.
- Clueber, J., Gold, A., & Pott, C. (2018). *Do Key Audit Matters Impact Financial Reporting Behavior?*. Working paper. Available at: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3210475. [Access in:2020/04/03].
- Kothari, S. P., Ramanna, K., & Skinner, D. J. (2010). Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 246-286.
- Krishnan, J., & Schauer, P. C. (2000). The Differentiation of Quality among Auditors: Evidence from the Not-for-Profit Sector. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(2), 9-25.
- Kueppers, R. J., & Sullivan, K. B. (2010). How and why an independent audit matters. *International Journal of Disclosure and Governance*, 7(4), 286-293.
- La Vigne, P. (2019). Insurance industry. *Salem Press Encyclopedia*. Available at: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=ers&AN=89088175&lang=pt-pt&site=eds-live&scope=site>. [Access in: 2020/03/30].
- Lages, V. F. V. (2010). *Solvência II: aplicação a uma companhia de seguros Não Vida*. Tese de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Landsman, W. R. (2007). Is fair value accounting information relevant and reliable? Evidence from capital market research. *Accounting and Business Research*, 37(1), 19-30.

Landsman, Z., & Sherris, M. (2001). Risk measures and insurance premium principles. *Insurance: Mathematics and Economics*, 29(1), 103-115.

Lawson, B. P., V. O'Hara, and A. W. Spencer. (2017). Updates and comparisons regarding changes to the audit reporting model in the United States, United Kingdom, and European Union. *Journal of Corporate Accounting and Finance*, 28(5), 9-22.

Liu, A. Z., K. R. Subramanyam, J. Zhang, & C. Shi. (2018). Do Firms Manage Earnings to Influence Credit Ratings? Evidence from Negative Credit Watch Resolutions. *The Accounting Review*, 93(3), 267-298

Lozano, A. (2001). *Manual de Introducción al Seguro*. Madrid: Mapfre, S.A.

Lyon, J. D., & Maher, M. W. (2005). The importance of business risk in setting audit fees: Evidence from cases of client misconduct. *Journal of Accounting Research*, 43(1), 133-151.

Mansi, S. A., Maxwell, W. F., & Miller, D. P. (2004). Does auditor quality and tenure matter to investors? Evidence from the bond market. *Journal of Accounting Research*, 42(4), 755–793.

MarketLine Industry Profile: Insurance in Europe (2020). *Insurance Industry Profile: Europe*. Working paper. Available at: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=bth&AN=142139459&lang=pt-pt&site=eds-live&scope=site> [Access in: 2020/06/20].

Marx, B., & Toit, E., (2009). The impact of accounting standards developments and financial reporting complexities on the audit committee. *Journal of Economic and Financial Sciences*, 3(2), 115-132.

Mutchler Jane F., Hopwood William & McKeown, James M., (1997) The Influence of Contrary Information and Mitigating Factors on Audit Opinion Decisions on Bankrupt Companies. *Journal of Accounting Research*, 35(2), 295-310

Nolder, C. & Riley, T. J. (2014). Effects of Differences in National Culture on Auditors' Judgments and Decisions: A Literature Review of Cross-Cultural Auditing Studies from a Judgment and Decision Making Perspective. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(2), 141–164.

O'Sullivan, N., & Diacon, S. R. (2003). The Impact of Ownership, Governance and Non-Audit Services on Audit Fees: Evidence from the Insurance Industry. *International Journal of Auditing*, 6(1), 93-107.

Oghuvwu, M.E., & Orakwue, A.C. (2019). Determinants of key audit matters disclosure. *Accounting and Taxation Review*, 3(3), 69-77.

O'Keefe, T. B., Simunic, D. A., & Stein, M. T. (1994). The production of audit services: Evidence from a major public accounting firm. *Journal of Accounting Research*, 32(2), 241-261.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2009). Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e Conselho de 25 de dezembro de 2009 relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II). *Jornal Oficial da União Europeia*.

Peecher, M. E., I. Solomon, and K. T. Trotman. (2013). An accountability framework for financial statement auditors and related research questions. *Accounting, Organizations and Society*, 38(8), 596–620.

Perols, J. L., & Lougee, B. A. (2011). The relation between earnings management and financial statement fraud. *Advances in Accounting*, 27(1), 39-53.

Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 30(2), 145-162.

Porter, B. (1993). An empirical study of the audit expectation-performance gap. *Accounting and Business Research*, 24(93), 49-68.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2013). *Proposed Auditing Standard on the Auditor's Report on an Audit of Financial Statements when the Auditor Expresses an Unqualified Opinion*. PCAOB Release No. 2013-005. Available at: https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/Release_2013-005_ARM.pdf [Access in: 2020/04/24].

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2017). The Auditor's Report on an Audit of Financial Statements When the Auditor Expresses an Unqualified Opinion. PCAOB Release No. 2017-001. Available at: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/2017-001-auditors-report-final-rule.pdf> [Access in:2020/04/24].

Ronkainen, V., Koskinen, L. & Berglund, R. (2007). Topical modelling issues in Solvency II. *Scandinavian Actuarial Journal*, 2007(2), 135–146.

Dreksler, S., Allen, C., Akoh-Arrey, A., Courchene, J. A., Junaid, B., Kirk, J., Lowe, W., S. O'Dea, Piper, J., Shah, M., Shaw, G., Storman, D., Thaper, S., Thomas, L., Wheatley, M. & Wilson, M. (2015). Solvency II technical provisions for general insurers: Reserving Oversight Committee's working party on Solvency II technical provisions. *British Actuarial Journal*, 20(1), 7-129.

Santos, A. M. N. D. (2013). *Garantias financeiras no setor segurador*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto.

Santos, J. (2004). *Contabilidade de Seguros*. Lisboa: Quid Juris.

Schich, S. (2010). Insurance companies and the financial crisis. *OECD Journal: Financial Market Trends*, 2009(2), 123-151.

Schuckmann, S. (2007). *The impact of Solvency II on insurance market competition-an economic assessment*. Working paper. Available at: https://www.econbiz.de/archiv1/2008/55451_impact_of_solvencyII.pdf [Access in: 2020/09/08].

Segal, M. (2019). Key audit matters: insight from audit experts. *Meditari Accountancy Research*, 27(3), 472-494.

Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240.

Simnett, R., & Huggins, A. (2014). Enhancing the auditor's report: to what extent is there support for the IAASB's proposed changes?. *Accounting Horizons*, 28(4), 719-747.

Simunic, D. A. (1980). The pricing of audit services: Theory and evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 161-190.

Simunic, D. A., & Stein, M. T. (1996). The impact of litigation risk on audit pricing: A review of the economics and the evidence. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 15 (Supplement): 119–134.

Sirois, L. P., Bédard, J., & Bera, P. (2018). The informational value of key audit matters in the auditor's report: Evidence from an eye-tracking study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141-162.

Smith-Lacroix, J. H., Durocher, S., & Gendron, Y. (2012). The erosion of jurisdiction: Auditing in a market value accounting regime. *Critical Perspectives on Accounting*, 23(1), 36-53.

Song, C. J., Thomas, W. B., & Yi, H. (2010). Value relevance of FAS No. 157 fair value hierarchy information and the impact of corporate governance mechanisms. *The Accounting Review*, 85(4), 1375-1410.

Tepalagul, N. & Lin, L. (2015). Auditor Independence and Audit Quality: A Literature Review. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 30(1), 101–121.

Ungaro, R. (2016). *Evaluation of technical provisions and solvency capital requirement for life insurance*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Vaughan, T. M. (2012). The influence of accounting standards on the performance of the insurance sector. *Journal of Risk Management in Financial Institutions*, 5(4), 363–367.

Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 748-755.

Vieira, E. C. (2001). *Técnicas financeiras: Análise global e cálculo* (2ªed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Ward, D., & Zurbuegg, R. (2000). Does Insurance Promote Economic Growth? Evidence from OECD Countries. *Journal of Risk & Insurance*, 67(4), 489–506.

Watts, R. (2003). Conservatism in accounting part i: Explanations and implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207-221.

Yatim, P., Kent, P., & Clarkson, P. (2006). Governance structures, ethnicity, and audit fees of Malaysian listed firms. *Managerial Auditing Journal*, 21(7), 757-782.

Ye, P., Carson, E., & Simnett, R. (2011). Threats to auditor independence: The impact of relationship and economic bonds. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(1), 121-148.

Zanchun Xie, Chun Cai, & Jianming Ye. (2010). Abnormal Audit Fees and Audit Opinion – Further Evidence from China's Capital Market. *China Journal of Accounting Research*, 3(C), 51–70.